

Estudos rurais a contrapelo Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva

por Renata Gonçalves*, Deni Rubbo**
e Marcelo Netto Rodrigues***

Resumo:

Nesta entrevista, a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva discorre sobre sua trajetória, as metamorfoses no mundo rural a partir da década de 1970 até a implementação do neoliberalismo, o impacto no meio ambiente, suas atividades em grupos acadêmicos rurais da América Latina, o diálogo com a literatura pós-colonial. Também ressalta a importância da cultura camponesa e de suas utopias, a atualidade da reforma agrária e, por fim, a contínua (super)exploração e desapropriações dos trabalhadore(a)s rurais no contexto da "acumulação por espoliação".

Palavras-chave: trabalhadores rurais; modernização agrícola; exploração do trabalho; meio ambiente.

Rural Studies against the Grain – An Interview with Maria Aparecida de Moraes Silva

Abstract:

In this interview, the sociologist Maria Aparecida de Moraes Silva discusses her trajectory, the transformations in the rural world from the 1970s until the implementation of neoliberalism and their environmental impact, her activities among rural academic groups in Latin America, and the dialogue with post-colonial literature. She also highlights the importance of peasant culture and utopias, the timeliness of agrarian reform and, finally, the continual (super) exploitation and expropriation of rural workers in the context of "accumulation through plunder."

Keywords: rural workers; agricultural modernization; exploitation of workers; environment.

* Doutora em Ciências Sociais; professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: renata.goncalves25@unifesp.br

** Doutorando em Sociologia pela USP, São Paulo-SP, Brasil; autor do livro *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta camponesa* (São Paulo: Alameda, 2015).
End. eletrônico: deni_out27@uol.com.br

*** Mestrando em Ciências Sociais pela Unifesp, campus Guarulhos-SP, Brasil.
End. eletrônico: marnetto@outlook.com

Maria Aparecida de Moraes Silva é uma das sociólogas que faz de seu ofício uma articulação permanente de engajamento político e objetividade científica. O mundo rural não foi uma escolha aleatória em sua trajetória. Na verdade, ela está “enraizada em minha vida”, nas palavras da autora, cuja família sempre esteve vinculada às atividades rurais.

Professora livre-docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), a socióloga notabiliza-se, nos seus mais de trinta anos de atividades profissionais, por uma contribuição notável aos estudos no âmbito da sociologia rural desenvolvendo pesquisas empíricas e investigação etnográfica principalmente acerca da situação dos trabalhadore(a)s rurais no Brasil relacionando-a com os ciclos de modernização agrícola do país, mas também incorporando questões de gênero e raça – algo inovador dentro de uma tradição marxista.

Nesta entrevista, Moraes destila com maestria sobre sua trajetória, influenciada pela prestigiosa socióloga Heleieth Saffioti e com passagem pela Paris I (Panthéon-Sorbonne) em sua pós-graduação. A autora de *Errantes do fim do século* (1998) discorre também sobre as metamorfoses no mundo rural a partir da década de 1970 até a implementação do neoliberalismo, bem como suas atividades em grupos acadêmicos rurais da América Latina, o diálogo com a literatura pós-colonial. Outrossim, ressalta a importância da cultura camponesa e de suas utopias, a atualidade da reforma agrária, as agressões ao meio-ambiente e, por fim, a contínua (super)exploração e desapropriações dos trabalhadore(a)s rurais no contexto da “acumulação por espoliação”.

Você tem 30 longos anos de pesquisa acadêmica voltadas principalmente para a condição dos trabalhadores rurais. O que a levou a este campo de pesquisa?

A professora Heleieth Saffioti sempre dizia que, na verdade, não é o pesquisador que escolhe o tema e, sim, é o tema que escolhe o pesquisador. Compartilho dessa ideia. O tema dos trabalhadores e trabalhadoras rurais está enraizado em minha própria história de vida. Nasci no campo e toda minha família está vinculada às atividades rurais. Meus pais eram sitiantes no município de Altinópolis, no nordeste do estado de São Paulo. Plantavam café e produziam leite. Suas terras foram herdadas de meus avós, vindos de Minas Gerais nos finais do século XIX. Faziam parte das muitas levas de mineiros que cruzaram o Rio Grande e foram se estabelecendo na região de Franca e Batatais. As terras mais a nordeste do estado, onde hoje é o município de Altinópolis, eram chamadas Mato Grosso, tendo em vista a grande quantidade de matas. A história da propriedade destas terras é marcada pela apropriação e eliminação de tribos indígenas, aliás, tal como

ocorreu em todo o processo das frentes de ocupação das terras do chamado oeste paulista.

Durante minha infância presenciei a situação dos “camaradas” do sítio de meus pais. Eram famílias de trabalhadores, geralmente, vindos de Minas Gerais, muito pobres, que recebiam salários que mal garantiam seu sustento. Minha mãe, sempre muito generosa, fornecia leite para as crianças e muitos outros alimentos. Incentivava-os a plantar pequenas roças, hortas e criar porcos e galinhas. Lembro-me das anotações feitas à mão na caderneta de trabalho de meu pai. Além do salário, as anotações versavam sobre as retiradas, ou seja, os produtos devidos: consultas médicas, remédios, sal, açúcar, gordura de porco, polvilho e, algumas vezes, carne. De modo geral, o salário recebido era aquém dos gastos anotados na caderneta. Portanto, a reprodução da força de trabalho só era garantida pela “solidariedade” de minha mãe. Muitos camaradas deixavam o emprego “em dívidas”, em razão dos baixos salários recebidos.

Tenho muitas lembranças destas pessoas chegando e partindo sem terem conseguido “melhorar de vida”, exceto não terem passado fome. Este fato, sem sombra de dúvidas, foi definidor da “escolha” do tema de minhas pesquisas, muitos anos mais tarde.

Como se constituiu o marxismo na sua formação intelectual? Quais ferramentas do marxismo lhe ajudaram a desenvolver suas pesquisas sobre as transformações no mundo rural no Brasil?

Fiz a graduação em Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, no período de 1964 a 1968. Durante todo o curso, tive o privilégio de ser aluna da professora Heleieth Saffioti. Ela foi a maior responsável pela minha formação, enquanto cientista social. Embora nos ensinasse os autores da sociologia clássica, além de muitos outros, ela enfatizava em suas aulas os conteúdos do marxismo. Além de Heleieth, o professor Paul Singer ministrava a disciplina História Econômica, baseado em autores marxistas, como Caio Prado Jr e Celso Furtado. A permanência curta de Paul Singer em Araraquara, em razão da perseguição da ditadura, não impediu que suas excelentes aulas tivessem um efeito muito positivo em minha formação acadêmica. A partir 1976, fui para a França e lá cursei a pós-graduação na Paris I/Sorbonne, onde privilegiava-se o marxismo. As ferramentas do marxismo mais orientadas para a sociologia rural foram transmitidas nos cursos do *Institut d'Études du Développement Économique et Sociale* (IEDES). Meu orientador, professor Yves Goussault, era um sociólogo rural e marxista, além de militante em favor da causa de camponeses em diversos países do mundo, inclusive, Vietnã e Brasil. Esteve em Pernambuco durante a formação das Ligas Camponesas e a atuação de [Miguel] Arraes antes do gol-

pe militar. Foi obrigado a deixar o país, assim que Arraes foi perseguido pelos militares. Nos cursos do IEDES, havia estudantes de várias partes do chamado *Thiers Monde* (América Latina, Ásia e África). Uma das disciplinas era oferecida por Michel Gutelman, autor de dois livros bastante lidos na época, *Structures et Réforme Agraire e Agriculture Socialisée à Cuba*. Os conteúdos das disciplinas referenciavam-se às realidades rurais de vários países do chamado Terceiro Mundo. O tema fundante dos cursos era sobre a sociologia do desenvolvimento. Estava no auge a discussão da teoria da dependência. Assim, também tive aulas com Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e [Luiz] Bresser Pereira, cujos temas versavam sobre a teoria da dependência, populações marginais, subdesenvolvimento, dentre outros. Lia-se muito Poulantzas, cujas ideias foram importantes para a análise do estado e das classes sociais, além de Louis Althusser e Balibar. De modo geral, tratava-se de um marxismo estruturalista com o qual me rompi alguns anos mais tarde. No entanto, os cursos foram importantes para reforçar meus estudos sobre a obra de Marx, principalmente, *O Capital*.

O Brasil, já no fim dos anos 1970, era profundamente urbano com novos conflitos oriundos, em alguma medida, da chegada dos trabalhadores do campo neste ambiente hostil: o meio urbano. Inúmeras pesquisas foram feitas neste período e demarcam muito bem o deslocamento do rural para o urbano. Quais suas observações a respeito?

Vivenciei estes momentos. Vi a destruição das paisagens naturais e sociais do mundo rural paulista. Fazendas e sítios de café transformados em canaviais. Casas dos colonos e sitiantes sendo destruídas. Expulsão de posseiros, parceiros, arrendatários e colonos de suas moradas. Marcas sociais desaparecendo para ceder lugar aos intermináveis canaviais. Populações apinhadas nas periferias urbanas. Trabalhadores migrantes, provenientes do Nordeste e de Minas Gerais, chegando aos milhares para o trabalho temporário nos canaviais. A construção das casas de barro pelos próprios trabalhadores nas periferias urbanas. Queimadas da cana durante seis, oito e até dez meses ao ano. Animais queimados no meio da cana. Bilhões de litros de vinhoto sendo lançados nos rios provocando a mortandade de peixes. Caminhões transportando trabalhadores e trabalhadoras nas carrocerias como gado nas estradas. Inúmeros acidentes. Tudo em nome do progresso e do desenvolvimento! Conheci em carne e osso, o boia-fria, o pau de arara, o volante, o trabalhador itinerante sob as ordens do “gato”. Vi-os em barracões, no eito da cana queimada, nos botecos, nas casas de barro. Presenciei também a ira, a revolta. Particpei de piquetes em muitas madrugadas, acompanhei com muita emoção os discursos de mulheres trabalhadoras, as quais, do alto dos caminhões que serviam de barricadas nos piquetes, conclamavam os colegas à greve, à luta

pelos direitos, pela justiça e pela cidadania. Vi nascer a Pastoral do Migrante em Dobrada e depois em Guariba. Conheci o padre Bragueto, considerado o padre que andava ao lado dos pobres, bem como sua coragem, sua capacidade de enfrentamento da força policial e das ameaças patronais. Participei do fazer-se da classe dos trabalhadores rurais não apenas com minhas pesquisas, como também integrando os projetos da Pastoral dos Migrantes, e da inclusão de muitos estudantes de graduação e pós-graduação nos estudos desta temática. A partir da realidade paulista, busquei conhecer o “lugar”, a “terra da gente”, isto é, o lugar de origem dos migrantes. Entendi, por meio de uma investigação etnográfica, o significado da “terra que não é da gente” e o do “lugar que não é da gente”. Vivenciei a dura realidade do Vale do Jequitinhonha (mais tarde faria a mesma viagem ao interior do Maranhão), como também um mundo social carregado de experiências, lutas, cultura e, sobretudo, dotado de outros significados. Entendi o desejo do retorno, do não ficar na “terra que não é da gente”, da permanência das migrações temporárias, da teimosia em viver, no contexto da lógica do “deixar morrer”. Em pouco mais de duas décadas, o processo de expulsão da população rural paulista praticamente se completou. O esvaziamento do campo correspondeu ao entupimento das periferias urbanas.

A pergunta anterior tem relação com a afirmação do historiador inglês, Eric Hobsbawm, de que o mundo se tornara urbano e que estávamos assistindo à extinção do campesinato e das lutas camponesas. Pouco tempo depois, vimos surgir muitos movimentos de luta pela terra, com grande expressão, no Brasil, do MST. Como você interpreta esta “previsão” do historiador inglês?

A história deve ser interpretada como processo. Torna-se muito difícil “prever” os fatos históricos em todos os lugares do mundo. É evidente que tem havido um processo constante de expropriação camponesa em várias regiões do mundo. Porém, também as lutas contra esta tendência têm sido observadas com muita frequência. Como afirmou [Teodor] Shanin (1983), os camponeses constituem-se como classe incômoda, com fortes doses de teimosia. É necessário não apenas analisar objetivamente as lutas, mas tentar conhecer a alma camponesa, fundida na terra, nas representações e nas utopias. É necessário entender o significado da natureza, do tempo cíclico e as relações estabelecidas com a terra, entendida não como simples mercadoria, porém, como algo que se constitui na natureza inorgânica de camponesas e camponeses. Segundo Marx, além da natureza orgânica, os camponeses e as populações inseridas em formações pré-capitalistas eram dotados de uma segunda natureza, a inorgânica. Portanto, retirar-lhes a terra era o mesmo que amputá-los, que torná-los incompletos, diminuídos, portanto,

(des) identificados. O processo de expropriação não atinge apenas as condições objetivas, materiais. É todo o universo simbólico e imaterial que rui. A terra não representa apenas o objeto de trabalho, ela é a substância nutritiva do corpo e da alma do camponês, logo, de sua estrutura de sentimentos. Esta é a razão maior do ressurgimento dos movimentos de luta pela terra em várias partes do mundo. Movimentos que embora possuindo vários matizes – políticos, sociais, econômicos, religiosos –, a matriz geradora é a mesma, ou seja, a terra como forma de lutar contra a lógica do “deixar morrer”.

O decênio de 1990 marcou a introdução das políticas neoliberais no Brasil. Qual o impacto destas políticas sobre os trabalhadores do campo?

Foram muitos os impactos, dentre os mais importantes, elenco os seguintes:

- reestruturação produtiva, por meio de mudanças no processo de trabalho e nas relações de trabalho. O aspecto mais visível foi a intensificação da mecanização, não somente do corte da cana, como também de outras atividades – preparo do solo, plantio, distribuição de herbicidas, introdução de novas variedades de cana com maior teor de sacarose;
- estas modificações contribuíram para o aumento da intensificação do trabalho por meio da elevação dos níveis de produtividade – média – em função das formas de pagamento do trabalho por produção. Na década de 1980, a média exigida girava em torno de cinco a oito toneladas cortadas diariamente. Nos anos de 1990, eram 10; atualmente está em torno de 15. A maior produtividade foi responsável pelas mortes por exaustão nos canaviais, além de uma legião de trabalhadores mutilados, incapacitados para o desempenho de qualquer atividade laboral em função de doenças, tais como: desgastes da coluna, problemas cardiorrespiratórios devido à inalação da fuligem da cana, problemas renais, além de doenças psíquicas;
- modificações na organização e na divisão sexual do trabalho. As mulheres foram destinadas às tarefas ainda mais desqualificadas, como a recolha dos restos de cana (bituca), recolha de pedras (para evitar a danificação das lâminas das máquinas colhedoras), distribuição de herbicidas e limpeza dos canaviais;
- o processo de intensificação da produtividade foi seguido de novas formas de dominação, por meio do uso de novas tecnologias, via satélite, pelas quais, a qualidade do corte da cana manual é controlada. No que tange aos operadores das máquinas colheitadeiras, o controle é feito pelos computadores de bordo acoplados aos das centrais das usinas. São inseridos no sistema de revezamento de turnos, dado que as máquinas operam diuturnamente, o que lhes trazem muitos danos à saúde, como fadiga, ansiedade e outros

transtornos psíquicos. A implantação de novas tecnologias é correspondente à degradação da força de trabalho nesta atividade. A máquina representa a ameaça constante do desemprego para milhares de trabalhadores que, a cada ano, são despedidos. O medo do desemprego contribuiu para afrouxar a resistência às formas de dominação e exploração, embora tenha havido muitas greves e outras formas de lutas miúdas em muitos canaviais.

Particularmente a partir da década de 1990, com a emergência dos movimentos sociais rurais, parece ocorrer a necessidade da teoria social construir instituições e discussões próprias dos contextos periféricos que, atualmente, ganha centralidade nos debates sobre o “Sul Global”, “teorias pós-coloniais”, “sociologia periférica”. Como você analisa esse protagonismo da nova periferia global nos estudos rurais da América Latina?

Tenho incorporado nos meus últimos textos os autores pós-coloniais. Tenho feito um enorme esforço para estabelecer um laço entre eles e os estudos marxistas, a partir de minhas pesquisas e dos estudos de colegas do Uruguai, Argentina, Equador e México. Integro o GT *Transformaciones agrarias y trabajadores rurales do CLACSO: Condiciones de empleo, conflictos y ciudadanía en el campo latinoamericano*, coordenado pelo professor Alberto Lorenzo Riella Eustaquio, do Uruguai. A participação deste Grupo tem sido de importância fundamental para estabelecer o vínculo entre os estudos rurais em nossos países. Os temas das migrações, exploração do trabalho, expropriação, acumulação por espoliação, etnias, gênero, expansão da produção das commodities têm sido referências para nossas reflexões em muitos encontros no Brasil, Argentina, Uruguai e México, além de outros países. Ademais, faço parte do corpo docente do Curso de pós-graduação *Estudios sociales agrarios y rurales*, na *Facultad de Derecho Y Ciencias Sociales da Universidad de Comahue/ Argentina*, sendo responsável pela disciplina, *Migraciones de trabajadores agrícolas: tendencias, continuidades y nuevos rasgos*. Outra experiência acadêmica importante foi o estágio de doutorado sanduíche de Beatriz Medeiros de Melo no Instituto de *Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), sob a orientação do professor Hubert Carton de Grammont, no segundo semestre de 2011. Para reforçar nosso intercâmbio, várias publicações conjuntas, algumas delas com apoio do CLACSO, têm contribuído não apenas para o conhecimento de nossa realidade latino americana como também para o refinamento de técnicas de investigação e incorporação de novas categorias de análise, mormente, as de gênero e etnia. Três coletâneas podem ser citadas como exemplo do empenho mútuo de pesquisadores para a construção de uma nova mirada dos estudos rurais latino-americanos: *Asalariados rurales en América Latina*, organizado por Alberto Riella e Paola Mascheroni (2015); *Trabajo rural y*

travesías migratorias, organizado por Mónica Bendini, Norma Steimbregger, Martha radonich e Pedro Tsakoumagkos (2012); *Migaciones de trabajo y movilidad territorial*, organizado por Sara Lara Flores (2010). É na confluência destes diálogos que poderemos lograr “impensar” nossa sociologia rural latino-americana.

O MST completou, em 2014, 30 anos de movimento. Qual é a contribuição desse movimento para a reforma agrária no Brasil e na América Latina?

O MST é um movimento social e político surgido logo após a ditadura militar com objetivos definidos visando à reforma agrária no Brasil. Seus integrantes eram os camponeses alijados de suas terras pela estrutura agrária extremamente concentradora. Nestes 30 anos de caminhada, o movimento logrou muitas vitórias com muitas lutas. Além da luta pela terra, o movimento também contribuiu para a conquista da cidadania e direitos de camponeses, descartados e marginalizados socialmente. Portanto, sua contribuição não foi apenas para a reforma agrária *strictu sensu*, porém foi o canal para a inclusão social, política e econômica de milhares de famílias. No que se refere à América Latina, o movimento foi importante bandeira para outros movimentos sociais. Destaca-se a Via Campesina, movimento internacional, do qual o MST é parte integrante, cujos objetivos também visam a conquista da terra e a criação de outra relação com a natureza, por meio da produção agroecológica, sustentável e de outra forma de produzir e viver. Os embates do MST contra os transgênicos, utilização de agrotóxicos, desmatamento, além de outros, são reflexos das lutas sociais deste movimento que transcendem o espaço rural propriamente dito. A ideologia do MST está voltada para outro viver que transcenda o capitalismo depredador (da natureza e das pessoas) que vige em nossos países. Creio que esta é a maior contribuição do movimento para as populações rurais e urbanas.

Há alguns analistas que trabalham com a hipótese de que com a ascensão do PT no governo federal estabeleceu-se um “sequestro dos movimentos sociais”. Nesse contexto, o MST particularmente parece ter desenvolvido um bifrontismo político em que sua direção é absolvida pelas políticas de financiamento do governo e, ao mesmo tempo, há acampamentos abandonados pelo governo, sem contar os assentamentos precarizados, o que gera vezes críticas ao governo, de maneira parcial. Como você examina esse quadro?

Embora não sendo especialista dos estudos sobre o MST, concordo com esta assertiva. Em se tratando de um movimento que ostenta a bandeira da luta pelos direitos dos camponeses, não há como perder de vista a crítica como principal

arma política no contexto das relações de poder vigentes no país, quando assiste-se, cada vez mais, à aliança entre o governo e os representantes do agronegócio. O MST sempre foi crítico, mas, talvez, não suficientemente, crítico.

José Carlos Mariátegui, marxista peruano, discordava da afirmação de que o interesse de classe não cria motivos éticos. Segundo ele, “uma moral de produtores” não surgia mecanicamente dos interesses econômicos, mas forma-se na luta de classes, “liberada com ânimo e vontade apaixonada” (Mariátegui, 2011). A partir de algumas ideias desenvolvidas pelo seu interessantíssimo livro *A luta pela terra: experiência e memória* (2004) e de suas pesquisas, qual a importância dos sonhos, das utopias, da “mística” nas experiências de lutas na vida rural?

Concordo com as afirmações de Mariátegui. A emoção foi abolida pela ciência cartesiana como forma de conhecimento. Desde então, os sentimentos foram considerados fantasias, falsa consciência, enfim, vingou a hegemonia do pensamento racional, matemático e linear direcionando a vida em sociedade. O iluminismo foi a forma mais elaborada desta forma de interpretação do mundo. Até mesmo, alguns marxismos seguiram o objetivismo cartesiano/iluminista, do qual a emoção foi descartada. A teoria crítica dos pensadores frankfurtianos trouxe importantes contribuições para recuperar na obra de Marx, os elementos subjetivos, simbólicos, morais da vida social. Desta sorte, a memória individual e coletiva constitui um fator integrante da experiência, daquilo que cada um traz, daquilo que cada um viveu. Reconstruir a memória é uma forma de “escovar a história a contrapelo”, nas palavras de Walter Benjamin. Na mesma direção, Edward P. Thompson insurgiu contra o objetivismo althusseriano, ao mostrar a importância das ações dos sujeitos no processo de construção da luta de classes. O historiador inglês, ao estudar a história da classe trabalhadora da Inglaterra, chama a atenção para aspectos renegados pela história factual, como as festas, a economia moral, a vida cotidiana, a vida religiosa enfim, a experiência. Concluiu que a classe se faz no decorrer de um tempo histórico, num espaço social. Neste sentido, lembro o exemplo das greves de Guariba nos anos de 1984 e 1985. O fator que desencadeou este movimento, cujas repercussões foram em nível nacional, foi o aumento das taxas de água pela prefeitura da cidade. Num quadro de carências generalizadas em razão dos baixos salários e da mudança da organização do trabalho, exigindo que o corte da cana passasse para o sistema de sete ruas, ao invés de cinco, como era até então, o aumento do preço da água representou a quebra dos valores morais, portanto, o insuportável. Muitos relatos de trabalhadores e trabalhadoras que participaram de movimentos sociais revelam que há uma linha divisória invisível entre o suportável e o insuportável. Portanto, os

elementos morais, simbólicos exercem um papel fundamental para o processo de consciência, que não se reduz à dimensão política tão somente. O ser social não pode ser visto a partir de fragmentos e, sim, no seu conjunto. Razão e emoção são partes integrantes da estrutura dos sujeitos e do conhecimento.

O Brasil presenciou o seu período de maior êxodo rural entre as décadas de 1960 e 1980 quando cerca de 13 milhões de pessoas foram forçadas a deixar o campo em direção aos centros urbanos. Cinquenta anos depois, somos testemunhas da última geração de sem-terra que, a despeito de terem passado grande parte de sua vida nas periferias das grandes cidades, têm lembranças de sua infância na área rural. Passada esta geração, como fazer com que a reforma agrária não saia da agenda nacional? Ou estaríamos nós diante da última oportunidade histórica “legítima” para realizá-la?

O processo de expropriação do campesinato ainda não se completou no Brasil. Recentemente, realizei uma pesquisa no sudeste do Maranhão com o intuito de analisar a migração de camponeses desta região para o corte de cana em São Paulo. Lá presenciei a violência explícita contra posseiros, parceiros, quilombolas e indígenas. Nos últimos 10 anos, mais de um milhão de pessoas saíram da área rural deste estado. Este fato ocorre em razão do processo de “acumulação por espoliação” – conceito de David Harvey (2004) –, empreendido por pecuaristas, sojicultores e mineradoras. O mesmo se passa no estado do Pará. Aí às ações das megamineradoras, como Vale, somam-se os investimentos dos governos – estadual e federal – na construção de hidrovias, portos e hidrelétricas, que, juntos causam a expropriação de populações tradicionais e também de camponeses. A realidade atual do país é caracterizada não somente pela concentração de terras nas mãos do chamado agronegócio, produtor de *commodities*, eufemismo de matérias-primas, como também pela ação destrutiva das megamineradoras. Assim sendo, a realidade social das cidades está cada vez mais marcada pela violência e pela exclusão social. Neste sentido, a reforma agrária não sai da agenda nacional porque ela é alimentada pelo processo incessante de expulsão, por meios violentos, de camponeses em várias partes do país. Torna-se necessário entender o processo de reterritorialização do capital, bem como suas contradições, para não se perder a oportunidade “legítima” da realização da reforma agrária, ou seja, é necessário expropriar os expropriadores a partir de sua territorialização.

Em *A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST*, Antônio Júlio de Menezes Neto (2012) salienta que alguns autores, como José de Souza Martins, questionam os rumos tomados pelo MST. Dizem que “o MST distanciou-se das aspirações camponesas para se aproximar de ideologias que não fazem parte do cotidiano dos trabalhadores rurais. Defendem que grupos de mediação, compostos basicamente por grupos políticos de classe média, introduziram nas lutas camponesas o seu referencial ideológico, desvirtuando a utopia camponesa e perdendo, com isso, a possibilidade real de transformação da estrutura agrária brasileira, criando um desencontro entre as aspirações dos trabalhadores rurais, do MST e da CPT”. Qual sua opinião a respeito?

A história é um processo social. Temas novos aparecem a cada momento. É o exemplo da questão ambiental. Como não abordá-la nos estudos da sociologia rural hoje? Como não analisar a “captura” desta questão pelos discursos ideológicos das empresas? Como não abordar a mercantilização da natureza em nível planetário? Quanto à utopia camponesa, ela não deve ser considerada em sua forma essencializada, porém histórica, isto é, dinâmica e contraditória. Os trabalhadores rurais também não devem ser vistos como essencializados, mas como sujeitos determinados historicamente. São pessoas que transitam em diferentes espaços, utilizam, muitas vezes, as tecnologias da informação do mundo atual – celulares, internet etc. –, e, do mesmo modo, estabelecem relações com diferentes grupos sociais. Encontros e desencontros fazem parte das relações sociais. O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu pode ser uma ferramenta fundamental para a análise das relações entre camponeses, MST e CPT. Segundo o sociólogo francês, os agentes são habitados por um princípio de construção do mundo natural e do mundo social, o *habitus*, que é um sistema de esquemas de percepção, pensamento e ação, que torna possível um controle prático e tático do mundo social. Não se pode esquecer que este princípio de construção é ele próprio socialmente construído e só pode ser compreendido completamente por meio das condições sociais que o produzem, isto é, das estruturas sociais, cuja conservação ou modificação dependerá dos agentes, segundo suas posições. Com base nestas considerações, não é possível compreender as ações dos camponeses tão somente como resultantes das ideologias de outros participantes do movimento. Minhas pesquisas com assentados mostram que o mundo social produzido por eles é uma mescla do que trazem de seu passado e também do que aprenderam durante a luta pela terra. Muitas vezes, há conflitos entre eles e as lideranças do movimento. Tais conflitos fazem parte do “fazerem-se assentados”. As classes se fazem na luta, como bem afirmou Thompson.

Uma de suas recentes pesquisas têm sido captar a nova morfologia rural dos canaviais paulista a partir das relações entre classe, gênero e raça. Qual a importância de estabelecer uma relação entre marxismo e a questão de raça e gênero?

A interligação das categorias classe/gênero/raça faz parte de reflexões de várias autoras feministas, dentre elas, as marxistas, como a professora Heleieth Saffioti. O conceito de **nó**, cunhado na década de 1980 por Saffioti¹, é fundamental para o entendimento do mundo social, não reduzido à classe social. Outra autora, aliás, pouco citada nos estudos feministas no Brasil, é a pensadora alemã, Roswitha Scholz² (1996), que faz a crítica da teoria do valor de Marx, a partir das teorias de gênero. Para ela, o trabalho abstrato é o homem, ou seja, a teoria do valor, ao desconsiderar a esfera reprodutiva, basicamente desempenhada pelas mulheres, não dá conta dos excedentes gerados pelo trabalho no processo geral da acumulação capitalista. Quanto à raça, outra categoria do **nó**, é, frequentemente, silenciada pelos estudos rurais. A naturalização do trabalho rural feito por negros e negras – desde a época da escravidão – é o resultado do processo histórico da sociedade brasileira. Assim, esconde-se sob a capa do nordestino, mineiro, baiano etc, o negro, representado como força de trabalho barata e capaz de desempenhar as atividades duras e brutas. A ligação entre estas categorias conduz também ao entendimento do conceito de valor da força de trabalho em Marx. Como adverte o autor, a definição deste valor faz abstração dos seus condicionantes históricos, portanto de suas particularidades. Trata-se de um modelo. Na análise da realidade social é preciso ir além dele, isto é, enxergar o (a) trabalhador (a) negro (a) que estão desempenhando tal atividade e quais as razões deles estarem aí e não em outras posições ocupacionais. O trabalho nos canaviais foi e continua sendo desempenhado por trabalhadores (as) não brancos. Em São Paulo, o cortador de cana, a catadora de bituca e pedras não são brancos. As representações sociais que revestem seus corpos são negativas e, por consequência, desvalorizadas. Valem menos no mercado de trabalho, que não é neutro, e não é regido apenas pelas leis de oferta e procura.

¹ Ver, dentre outros, Saffioti (1991; 1994).

² Consultar, por exemplo, Scholz (1996).

Mulheres como Margarida Alves, Elisabeth Teixeira e Roseli Nunes possuem histórias de vida que se confundem com a luta pela terra no Brasil. Por que, a despeito de tantos testemunhos como estes, a participação política das mulheres nas direções e nas esferas decisórias dos movimentos ainda é tão reduzida?

Vivemos numa sociedade patriarcal, caracterizada pela dominação masculina, ainda que, graças às lutas feministas, tenha havido muitos avanços nas últimas décadas. Muitos estudos mostraram que houve o recuo da participação de muitas mulheres, cuja atuação de lideranças fora importante durante as lutas, logo após a instalação dos assentamentos rurais. Elas saíram da cena política e voltaram para a esfera doméstica. A ruptura desta lógica espacial (esfera privada = mulher e esfera pública = homem) conduziria à real participação igualitária dos gêneros. Ainda que este fato não tenha ocorrido em sua plenitude, as práticas sociais de muitas mulheres assentadas revelam conquistas nas relações de gênero, antes não havidas. As relações de dominação existem, do mesmo modo que o contrapoder. Os embates e conflitos fazem parte desta dialética do poder e do contrapoder.

O neodesenvolvimentismo no Brasil, sob os governos do PT, tem se acelerado com os projetos do agronegócio (plantio de soja, produção de etanol...), da extração de minérios, da instalação de hidrelétricas. Quais os impactos sobre os trabalhadore(a)s? O que estes projetos desencadeiam no meio ambiente?

Esta pergunta já foi parcialmente respondida acima. Além da expropriação das populações camponesas – indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos etc –, há que se considerarem os inúmeros conflitos, assassinatos, escravização, retratados pelos Conflitos do Campo, publicados anualmente pela CPT. Os relatórios produzidos pela Promotoria Pública, Ministério do Trabalho e pela CPT descrevem situações de verdadeira barbárie social e ambiental. A tragédia social e ambiental provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana revelou a ponta do iceberg da destruição do patrimônio mineral do país. Ademais das barragens dos rejeitos, os minerodutos construídos para transportar os minérios em dutos movidos por água, captada das nascentes, córregos e rios, até os portos, constituem outra face da (re)colonização vigente. Empresas nacionais, multinacionais e governos estaduais e federal são os promotores deste processo. No caso de Minas Gerais, há dois complexos minerários com uso de minerodutos: um é o “projeto consorciado das multinacionais Vale e BHP Billiton, por meio da Samarco, que explora as jazidas de Germano e Alegria nas cidades de Ouro Preto e Mariana”, e o segundo é “o projeto Minas-Rio – da corporação Anglo Americana”. Segundo entrevistas de especialistas publicadas

no jornal *Brasil de Fato*³, estes projetos têm sido responsáveis pela expropriação de camponeses, em cujas terras foram instalados os dutos. O barulho, a poeira, o trânsito de grandes máquinas, além da escassez da água, desviada para levar os minérios, têm contribuído para o desaparecimento da “dispensa” dos camponeses, afetando a produção de polvilho, hortas, criação de porcos, galinhas, substanciais para sua reprodução. Outro aspecto levantado nas entrevistas é a contaminação das águas marinhas no momento de retirada do mineral para a exportação. No que tange à produção canavieira, os efeitos ambientais já foram apontados por economistas, químicos, médicos, sociólogos, ambientalistas e geógrafos. Além dos gases, provocados pelas queimadas, a contaminação por meio dos agrotóxicos, herbicidas, vinhoto que afeta os lençóis freáticos, houve a destruição da fauna e da flora. A distribuição de venenos por aviões nos canaviais e também na produção de soja é responsável pela contaminação de áreas vizinhas com outros produtos. Pesquisas levadas a cabo por geógrafos da UNESP/PP no Vale do Paranapanema revelam a contaminação das pastagens e dos demais cultivos dos assentamentos daquela região, cercados por cana. Torna-se evidente que as populações do entorno são afetadas. No estado de Goiás, muitos camponeses abandonaram a produção de leite porque as pastagens ficavam danificadas em razão da poeira causada pelo trânsito de caminhões, tratores e máquinas. Esta é outra cara do neodesenvolvimentismo destrutivo que há no país.

No cenário atual, quais perspectivas para o(a)s trabalhadore(a)s do campo? Qual sua análise sobre o fenômeno da transnacionalização das lutas rurais, especialmente nas duas últimas décadas, por exemplo, com a formação da Via Campesina e da *Coordenação Latino Americana de Organizaciones del Campo (CLOC)*?

A formação destes movimentos é uma resposta clara ao recrudescimento da mundialização do capital, ou, nas palavras de I. Wallerstein, do sistema-mundo capitalista. Para este pensador, os movimentos se afastaram dos conselhos de Gramsci de não se concentrar no horizonte estreito da guerra de posições e se lembrar da utilidade da guerra de manobras. É no processo do movimento, da mobilização que está o poder construtivo dos movimentos. É no processo de decadência do sistema, e não em sua transformação controlada, que se acham as perspectivas de criação de um sistema-mundo-histórico verdadeiramente socialista (Wallerstein, 2006: 48). A transnacionalização das lutas camponesas se enquadraria nas ponderações do autor. Os movimentos antissistêmicos seriam

³ Ver: <http://www.brasildefato.com.br/node/33844>

capazes de fortalecer o campo de lutas em favor da decadência do sistema atual. Desta sorte, a união de temas, tais como, superexploração dos trabalhadores, expropriação, discriminação de gênero, racismo, xenofobia, destruição ambiental pode fazer parte de uma única agenda política, evitando as fragmentações e, por consequência, o enfraquecimento. Há 168 anos foi pronunciada a frase: Proletários do mundo inteiro, uni-vos! Uma espécie de antevisão do que assistimos agora. Oxalá, estas organizações continuem com o protagonismo histórico em busca de outro sistema-mundo. Oxalá, as estruturas (que não são imóveis) dissipativas do sistema atual sejam aceleradas pelo curso da história. Oxalá “A Primavera dos Povos” se repita e seja o novo “anjo da história”.

Bibliografia

- BENDINI, Mónica; STEIMBREGGER, Norma; RADONICH, Martha; TSAKOU MAGKOS, Pedro (orgs.) (2012). *Trabajo rural y travesías migratorias*. Neuquén: EDUCO.
- FLORES, Sara Lara (2010). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México-DF: Miguel Ángel, Porrúa.
- GUTELMAN, Michel (1974). *Structures et Réforme Agricole*. Paris: Francois Maspero.
- _____ (1969). *Agriculture Socialisée à Cuba*. Paris: Francois Maspero.
- HARVEY, David (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2011). *Defesa do marxismo, polémica revolucionária e outros escritos*. São Paulo: Boitempo.
- MENEZES NETO, Antonio Julio (2012). *A teologia da libertação e o espírito do socialismo do MST*. São Paulo: UFMG.
- RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (orgs.) (2015). *Asalariados rurales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- SAFFIOTI, Heleieth (1994). Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI H. & MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- _____ (1991). Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes (org.). *Mulher em seis tempos - Seminário Temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

- SHANIN, Teodor (1983). *La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923)*. Madrid: Alianza Editorial.
- SCHOLZ, Roswitha (1996). O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos*, n. 45, São Paulo.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes (2004). *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP.
- _____ (1998). *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2006). *Impensar a ciência social*. Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras.